



MOVIMENTOS SOCIOESPACIAIS URBANOS: UMA BREVE LEITURA QUEER

Latifah Nunes Fileto ¹
Juliano Henrique Xavier Cavalcanti ²
Guilherme Alves Viso ³

RESUMO

O ensaio discute como uma leitura queer pode ampliar as análises geográficas dos movimentos socioespaciais urbanos ao compreender o espaço como campo de relações dinâmicas atravessadas por corpos dissidentes e práticas espaciais insurgentes. A discussão enfatiza que os movimentos socioespaciais no território brasileiro não apenas reivindicam o direito à cidade, mas também corporificam a contestação política pela vivência e visibilidade de corpos dissidentes na cidade. O texto articula os conceitos de espaço, corpo e interseccionalidade para pensar como as resistências do queer ao *cuir* desestabilizam normas heterocispatriarcais e produzem espacialidades no espaço urbano. A proposta que finda o texto é de que esses corpos dissidentes assumem protagonismo nas mobilizações urbanas e práticas coletivas dos movimentos socioespaciais urbanos e evidenciam a interseccionalidade como ferramenta essencial para analisar as múltiplas formas de opressão e resistência na produção do espaço.

Palavras-chave: Movimentos socioespaciais urbanos, queer, Interseccionalidade.

RESUMEN

El ensayo discute cómo una lectura queer puede ampliar los análisis geográficos de los movimientos socioespaciales urbanos al comprender el espacio como un campo de relaciones dinámicas atravesadas por cuerpos disidentes y prácticas espaciales insurgentes. La discusión enfatiza que los movimientos socioespaciales en el territorio brasileño no solo reivindican el derecho a la ciudad, sino que también encarnan la contestación política a través de la vivencia y la visibilidad de los cuerpos disidentes en la ciudad. El texto articula los conceptos de espacio, cuerpo e interseccionalidad para reflexionar sobre cómo las resistencias del *queer* al *cuir* desestabilizan las normas heterocispatriarcales y producen espacialidades en el espacio urbano. La propuesta es que estos cuerpos disidentes asumen un papel protagónico en las movilizaciones urbanas y en las prácticas colectivas de los movimientos socioespaciales urbanos, evidenciando la interseccionalidad como una herramienta esencial para analizar las múltiples formas de opresión y resistencia en la producción del espacio.

Palabras clave: Movimientos socioespaciales urbanos, queer, Interseccionalidad.

¹ Doutoranda em Geografia no programa de pós-graduação da da Universidade Federal de Uberlândia - UFU, fileto.geo@gmail.com

² Doutorando do Curso de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia- UFU, julianocavalcanti14@gmail.com;

³ Doutorando do Curso de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia- UFU, visoguilherme@gmail.com;



INTRODUÇÃO

Este ensaio se propõe a trazer uma possibilidade de um olhar queer para os estudos geográficos sobre movimentos sociais urbanos. Os estudos sobre movimentos sociais na geografia vêm despontando com um importante enfoque na materialização das ações dos movimentos sociais sobre o espaço. Estes movimentos, quando materializados sobre o espaço, a partir de uma análise corporificada demonstram a potencialidade de uma perspectiva queer para tal análise. Haja vista a diversidade de corpos que operam nas entranhas dos movimentos sociais há de se considerar uma potência na resistência de corpos dissidentes nestes movimentos no espaço urbano.

Mais do que um abstrato espaço da cidadania o ponto comum dos movimentos sociais no espaço é simplesmente, a luta pelo direito ao espaço concreto: o espaço de vida e do trabalho que é sempre a sua base e seu trunfo, a atividade fundamental desses movimentos. É por esse fato que eles não são somente sociais, mas também espaciais que podem ser denominados de movimentos socioespaciais. (MARTIN, 2020).

A formação dos movimentos socioespaciais na cidade está relacionada com a própria formação do espaço urbano. Esta formação é cercada por uma ampla gama de movimentos, ações, agendas, demandas, pautas e objetivos, por vezes parecidos, iguais ou distintos. A materialização e dinâmica dos movimentos está alinhada com as estratégias, comportamentos e com a estrutura hierárquica presente representada de diferentes formas e em diferentes processos no espaço onde um conjunto de disputas emergem pela cidade por intencionalidades diversas. (SANTOS e SOUSA, 2024)

A abordagem socioespacial e socioterritorial, desenvolvida por autores como Pedon e Dalpério (2014), oferece uma perspectiva geográfica para entender as ações coletivas dos movimentos sociais. Essa abordagem destaca as disputas, estratégias, conflitos e a contínua produção de espaços e territórios resultantes da interação entre os movimentos sociais e as instituições, no entanto ainda se resumem a uma análise estrutural dos movimentos sobre o espaço.

Segundo Massey (2008), o espaço não deve ser visto como uma superfície estática ou uma extensão meramente física, mas sim como um campo dinâmico de relações e interações.



O espaço é uma esfera de possibilidade para a existência da multiplicidade e da heterogeneidade. Isso significa que ele abriga uma pluralidade de vozes e trajetórias, onde conflitos e diferenças são inerentes sobretudo em um contexto de globalização. Neste seguimento que evidenciamos a abordagem socioespacial como um método complexo que demanda uma análise corporificada das relações que estruturam os movimentos sociais urbanos.

Butler (2019) reflete sobre como o queer é representado na cidade a partir de uma crítica à normatividade e à hegemonia heterossexual que determina quais corpos são socialmente dignos de viver. Para a autora, é o queer o que desafia essas normas que governam as expectativas sobre o corpo, o sexo e o gênero, e contestam as formas como aqueles corpos que não se enquadram nas categorias dominantes são materializados socialmente. O queer, nessa perspectiva, representa uma ruptura com a norma excludente e a possibilidade de uma aliança política para pessoas cujas existências são consideradas precárias ou subalternas na cidade.

Amaral (2023), a maior articuladora da teoria queer com a realidade brasileira, afirma que o queer é materializado por práticas inerentemente antinormativas. No Brasil, onde a produção do espaço urbano historicamente segrega corpos indesejáveis como pessoas negras, LGBTQIA+, pessoas em vulnerabilidade socioeconômica, moradores de ocupações e população em situação de rua, a resistência destes corpos de diversas formas de torna um inerente, como é caso da violência urbana e da organização dos movimentos sociais.

A teoria queer relacionada à Geografia é protagonizada por autores como Brown (2007), Silva e Ornat (2020), que confluem com Massey (2008) ao demonstrarem que o espaço não é um recipiente passivo, mas um ator na produção de corpos e subjetividades. Neste sentido, é preciso considerar que a mobilização dos movimentos socioespaciais urbanos não depende estritamente das suas estruturas, mas também dos corpos que movimentam estas estruturas. E pelo que estão marcados os corpos que se mobilizam nestes movimentos?

A partir de uma leitura queer, é possível refletir sobre as diversas possibilidades dos corpos que compõem a estrutura dos movimentos socioespaciais urbanos no Brasil, onde a cidade de Uberlândia – MG que é o recorte espacial da pesquisa, está localizada. Nesta cidade, por meio de informantes-chave, a partir de campos exploratórios, é perceptível uma predominância de corpos dissidentes presentes nos movimentos em suas diversas agendas, demandas e intencionalidades.

A partir de uma leitura queer para os movimentos socioespaciais urbanos, é possível identificar que os corpos dissidentes se organizam em movimentos de categorias que seus corpos representam alvo de opressão. Estes corpos são complexos e experimentam diversas



formas de opressão, e é perceptível uma prática mais intensa no processo de mobilização dos movimentos sociais urbanos destes que notavelmente se impõem por meio da resistência inerente a reprodução de suas vidas.

Na abordagem geográfica dos movimentos socioespaciais urbanos, nas narrativas produzidas no espaço urbano a partir de uma leitura queer nos dão pistas de que a interseccionalidade se apresenta como uma ferramenta analítica contundente para evidenciar as potências advindas da resistência de corpos dissidentes e das diversas camadas que circundam a complexidade destes corpos que a partir das suas especificidades produzem espacialidades nos movimentos socioespaciais urbanos e consequentemente na própria cidade.

METODOLOGIA

O objetivo deste ensaio é expor uma reflexão produto das buscas que visam levantar reflexões iniciais de um projeto de doutorado do PPGEU UFU intitulado “espacialidades queer dos movimentos socioespaciais urbanos de Uberlândia/MG”. A partir de uma revisão bibliográfica visamos entender as potencialidades de uma leitura queer para compreensão das espacialidades produzidas pelos movimentos socioespaciais urbanos.

Os estudos disponíveis sobre movimento sociais urbanos em Uberlândia são rarefeitos, bem como os da análise socioespacial e sobretudo sobre o queer na cidade. Por este motivo, o objetivo do ensaio visa trazer reflexões iniciais sobre as potencialidades das contribuições de uma leitura queer para compreender as práticas espaciais dos movimentos socioespaciais urbanos na atualidade.

Neste sentido, promover um diálogo sobre as reflexões produzidas sobre o queer na cidade, na Geografia, a organização dos movimentos socioespaciais urbanos e os encontros possíveis para compreender este processo de organização na cidade de Uberlândia-MG. Para isso vamos abordar a perspectiva geográfica dos movimentos sociais urbanos a partir do entendimento do conceito de movimentos socioespaciais urbanos, posteriormente fazer um apanhado do que a geografia tem explorado da teoria queer para suas análises e por fim interpelar pelas potencialidades de uma análise sobre as espacialidades dos movimentos socioespaciais urbanos a partir de uma leitura queer.



REFERENCIAL TEÓRICO

Uma perspectiva geográfica dos movimentos sociais urbanos: os movimentos socioespaciais urbanos

Nossa noção de movimentos socioespaciais urbanos é expressa a partir de ações coletivas carregadas de intencionalidades por correspondência de identidades existentes nas entranhas das cidades são espacializadas e condicionam a produção do urbano. São os movimentos que transformam o espaço urbano por meio de práticas espaciais insurgentes.

Para Gohn (2011) movimento social refere-se à ação dos homens na história e pela articulação inseparável entre o fazer e o pensar. Essa ação envolve um conjunto de procedimentos específicos voltados para a transformação da realidade social, sustentados por um corpo de ideias, valores e concepções que dão direção e sentido. Nessa perspectiva, o movimento social é simultaneamente um campo de ação política e um espaço de elaboração teórica, no qual os sujeitos constroem sentidos, identidades e projetos de mudança. Trata-se, de uma práxis.

Ainda para esta autora a categoria luta social junto aos homens em geral explica-nos a existência de movimentos sociais em vários segmentos da sociedade. Movimentos sociais são entendidos como coletividades organizadas que buscam mudanças sociais estruturais ou resistência frente a práticas e estruturas de dominação. Eles engajam ações coletivas com objetivos políticos, culturais, econômicos e identitários, operando fora dos sistemas institucionais e dentro de organizações sociais.

Os movimentos sociais urbanos em geral atuam sobre uma problemática urbana relacionada com o uso do solo, com a apropriação e a distribuição da terra urbana e dos equipamentos coletivos. Sobre o processo de organização,

“o sujeito coletivo vai surgindo na dinâmica dos movimentos sociais, entre as pessoas que vão se descobrindo umas às outras, a partir de uma identidade própria, de histórias semelhantes, de problemas e esperanças comuns. Pessoas que possuem valores semelhantes e um destino comum, o que possibilita a construção de um projeto de futuro para mudar a realidade circundante, a partir das práticas desenvolvidas durante a mobilização” (SANTOS, 2008, p. 47).



Na geografia brasileira, há um foco na compreensão das dinâmicas coletivas que emergem em contextos urbanos distintos, a partir de atores que reivindicam direitos, reconhecimento e apropriação do espaço. Para Pedon e Dalpério (2014), os movimentos socioespaciais urbanos envolvem formas de ação coletiva que se estruturam a partir da apropriação, mediação e disputa dos espaços urbanos, configurando-se como expressões políticas e sociais que intervêm na produção e reprodução do espaço urbano.

Esses movimentos expressam práticas espaciais que questionam a lógica hegemônica de uso e organização do espaço urbano, revelando as contradições e desigualdades que o sustentam. Os movimentos socioespaciais não buscam necessariamente a posse ou o controle direto do território, mas promovem disputas simbólicas, políticas e materiais pelo direito à cidade, pelos usos do solo, pela moradia e pelas condições de vida urbana por meio de manifestações da práxis social na escala urbana, em que o espaço se torna campo de conflito e mediação. (PEDON; DALPERIO, 2014)

Para Souza (2010) são os movimentos sociais da cidade que promovem as práticas espaciais insurgentes. As práticas espaciais propriamente insurgentes têm a ver, acima de tudo, com a ação direta. Entretanto, aquelas práticas dos movimentos “negociadas” com o

Estado mesmo sem ser diretamente insurgentes, podem ter, sim, conteúdo crítico, e mesmo ser compatíveis com metas estratégicas radicais e insurgentes, desde que as organizações dos movimentos não percam de vista o horizonte estrutural e não deixem que a tática conduza e colonize e subverta a estratégia.

Neste caso a insurgencia das práticas espaciais dos movimentos vão nos delimitar a forma com que os movimentos se espacializam, dependendo de ações mais diretas ou menos diretas sobre o espaço e o território. Consideramos ação direta aquela que está menos alinhada a institucionalização da prática espacial e mais próxima de práticas ligadas a transformações no espaço de forma radical ou simplesmente direta.

As práticas espaciais insurgentes, convertidas em ações no espaço urbano, no século XXI, comprovam que estes movimentos como atores que pressionam por processos de mudança social, reinventam as formas de fazer política e transformam o espaço. Ao transformarem o espaço, também se transformam, deslocam suas identidades, incorporam outras dimensões do pensar/agir social, e por conseguinte alteram seus projetos políticos. Isso se reproduz no espaço que se mostra em contante movimento.

A ação, conceito-chave para compreensão das práticas espaciais, será a atividade que é capaz de produzir identidades coletivas, interesses de classes e de grupos, e uma subjetividade



coletiva que é compartilhada. A diferença, a igualdade e a singularidade coletiva e individual são construídas por meio da ação, isto é, de mostrar-se publicamente e compartilhar isto com outras pessoas. A ação perpassa por outras práticas e relações sociais como no trabalho, nas relações de gênero, de etnia, conformando identidades dos mais diversos tipos, inclusive territoriais. (RODRIGUES, 2005)

A heterogeneidade dos movimentos, muito influenciada pelo contexto de globalização, vem de um contexto em que parte deles fragmentou-se, perdeu sua identidade original ou a redefiniu a partir do comportamento cambiante de ideias e pontos de vistas, alterando o projeto e a cultura política existente e por conseguinte suas práticas e ações espaciais, que não deixam de ser insurgentes pois precisam ser para estarem em movimento. Neste seguimento, a diversidade de movimentos corresponde a diversidade de demandas que os grupos organizados em movimento na cidade reivindicam. É pertinente já pontuar aqui que estas demandas, dentro dessa diversidade, se entrelaçam e se sobrepõem.

Os movimentos socioespaciais urbanos se estruturam então a partir de ações repetidas no espaço, convertidas em práticas espaciais insurgentes que por sua vez são reveladas através das agendas de luta, as ideologias empregadas, os propósitos, os interlocutores, as negociações com o Estado e com os agentes capitalistas, as estratégias de ação: as ações propriamente ditas. As agendas dos movimentos podem ser entendidas como manifestação das suas intencionalidades e as suas reivindicações como a materialização das ações espaciais, e estas intencionalidades são reveladas através das suas narrativas que por sua vez marcam o espaço.

Um leitura queer dos movimentos socioespaciais urbanos

No século XXI, a relação entre o pensamento queer e a Geografia no Sul Global tem se afirmado como um campo teórico e político voltado para a descolonização do saber e das práticas acadêmicas. Essa proposta surge como crítica às epistemologias hegemônicas do Norte Global, que historicamente centralizaram a produção que desconsidera as especificidades coloniais, raciais e de classe das experiências dissidentes.

Na Geografia brasileira, a incorporação das teorias queer tem se articulado de modo crescente às geografias feministas. um campo crítico que tensiona as concepções tradicionais de território, corpo e espacialidade. ênfase na análise das formas pelas quais as sexualidades dissidentes e identidades de gênero marginalizadas produzidas e habitam o espaço urbano. Em muitos casos, as análises se concentraram nas periferias urbanas, nas práticas corporais de



resistência e nos espaços de sociabilidade LGBTQIA+, ressaltando o papel político do corpo como mediador.

Pequeno (2023) afirma que pensar o espaço implica considerar seus regimes de normatividade e, simultaneamente, conceber a possibilidade de resistência por meio de práticas espaciais insurgentes. Nesta abordagem, os corpos dissidentes criam alternativas de desobediência em meio à cis-heteronormatividade hegemônica. Além disso questiona como as relações entre público/privado, centro/periferia, legal/ilegal são construídas a partir de regimes heterocisnormativos, racializados e colonialistas. No contexto brasileiro, onde os movimentos socioespaciais a partir de práticas espaciais insurgentes reivindicam o direito à cidade revelam camadas de resistência frequentemente invisibilizadas.

A perspectiva de análise espacial de Dooren Massey nos faz encontrá-la por miúdos como queer, primordialmente quando se revela sua leitura da relação espaço tempo. Para Massey (2009) o espaço é impactado por um tempo múltiplo e conflui para a idéia de duração como experimento de vida, composto por um presente ordenado em temporalidades distintas. Em sua concepção o espaço é refém do tempo; o espaço abriga o tempo e o tempo é diverso.

Massey afirma que é fundamental termos em mente que sua crítica é direcionada a todas as abordagens positivistas e essencialistas que cultivam uma idéia de lugar circunscrito e fadado a uma única identidade. O diferente e o estranho não habitam somente o distante, a margem também está no centro e suas tensões movimentam o espaço. (SANTOS, 2008)

As espacialidades seriam então as práticas espaciais conduzidas pelas identidades produzidas, seus encontros e desencontros, suas articulações e sua organização mediadas sempre por suas intencionalidades. Quando pensamos nas práticas espaciais insurgentes podemos aproximá-las das políticas de espacialidade quando considerada a relação espaço-tempo: ambas vão avaliá-la como complexa, delimitada pelas temporalidades e materializada por identidades organizadas em movimento.

Para Halberstam (2019) a existência de corpos queer é marcada por fracassos, desconhecimento, desilusões e, eventualmente, pela morte. Em vez de buscar incessantemente formas de evitar essas experiências, a arte queer do fracasso propõe o acessível e pleno daquilo que é finito, celebrando o absurdo, o estranho e o incompleto, o que foi excluído ou marginalizado. Em vez de lutar contra os limites e desfechos, é feito o convite para nos alegrar e nos aproximar dessas falhas inevitáveis, confirmando-as como parte essencial e até mesmo fantástica da vida.



O que o queer carrega como falha produz vulnerabilidades, já que a falha é justamente em relação a este estilo normativo e capitalista dominante.

“Mas as vidas resistem. Resistir é o que resta. Há uma esperança vital, a vontade de potência, que dá à falha queer o seu caráter mais produtivo, criativo, mesmo ela produzindo uma ferida. Essa ferida é uma abertura que é ao mesmo tempo dor e possibilidade, Possibilidade de algo novo.” (HALBERSTAM, 2019, p. 71)

Butler (2018) concebe o corpo como o ponto de partida da ação política, defendendo que os movimentos sociais emergem como práticas corporificadas de resistência nas quais o próprio ato de se reunir no espaço público é performativo e transformador. Os corpos queer representam uma força de desordem das normas hegemônicas pois desafiam o regime de reconhecimento que sustenta a exclusão social. Assim, a dissidência dos corpos que não se limita à identidade, mas se torna um modo de resistência plural que questiona o que é considerado legítimo, político, ou uma vida digna de ser vivível.

Butler (2018) ainda desloca o foco da ação política para a dimensão corporal e relacional de resistência, reformulando o entendimento dos movimentos sociais como expressões encarnadas da solidariedade entre corpos dissidentes. Neste seguimento, política se dá pelo discurso, pelo ato mesmo de estar junto, pela exposição ao risco e a persistência pública de corpos queer e precários que recusam o silêncio, resistem ao bloqueio, e reivindicam a sobrevivência.

Halberstam (2019) afirma que novas formas de produzir conhecimento e de comunicação, especialmente quando posteriores ao advento do computador e da internet, abriram novas oportunidades de narrativas e levaram a encontros inesperados entre o infantil, o transformador e o queer. Neste processo outros deslocamentos epistêmicos ocorreram, como é o caso do olhar de corpos dissidentes marcados pela raça e/ou do sul global que começaram a mostrar as marcas da colonização do saber que produzem dissidências que atravessam a resistência queer.

A sistematização do “cuir” representa um deslocamento geopolítico e epistêmico que emerge do Sul Global como resposta crítica à colonialidade do saber e às posições impostas pelas teorizações euro-americanas sobre a teoria queer. Enquanto o pensamento que se constituiu nos centros hegemônicos do Norte como crítica à normatividade sexual e de gênero, sua tradução e reinscrição na América Latina suscitaram a necessidade de um reposicionamento. (VALENCIA; VILELA; AXT, 2023)

Para Valencia, Vilela e Axt (2023) o cuir é uma reconfiguração política e decolonial em que o Sul afirma sua capacidade de teorizar a partir de suas próprias experiências



históricas, étnico raciais culturais, e também (mas não apenas) do gênero e sexualidade. Assim, longe de ser apenas uma adaptação linguística, o *cuir* questiona o caráter universal do saber queer e a reprodução de dependências epistêmicas.

O trabalho de Amaral (2023) nos levou a dar atenção especial às interseções entre subjetividades trans, mobilizações políticas e teoria queer. Ela ressalta a importância do ativismo que se contrapõe ao ativismo LGBTQ+ assimilacionista, criticando este último por focalizar uma assimilação dentro da ordem social capitalista neoliberal. O ativismo queer valoriza estratégias que ressignificam identidades de forma aberta, flexível e por vezes performática, usando paródia e crítica social.

Amaral (2023) destaca que o ativismo queer se distancia do ativismo identitário tradicional, que busca identidades fixas e resultados, para uma mobilização mais fluida e descentralizada. A ética queer propõe um processo em constante negociação e construção, em oposição a valores universais. Esta proposição se apresenta como um paradigma que influencia a organização e a ação política dos movimentos sociais de maneira crítica e transformadora.

Outra leitura interessante para os estudos dos movimentos socioespaciais urbanos é da perspectiva que vai do queer ao *quare* tratada por Moraes et. al. (2019) na realidade brasileira. O *quare* é propovido como uma epistemologia encarnada que regulariza o corpo negro, racializado e queer como lugar de produção de conhecimento e de vivência política. Enquanto o queer busca desestabilizar as identidades sexuais e de gênero normativas, o *quare* enfatiza a necessidade de reinscrever a materialidade e a experiência racial nos debates sobre sexualidade, questionando a hegemonia branca e elitizada, nos revelando as potencialidades de uma leitura interseccional para o queer no espaço urbano.

Jesus (2021) afirma que a cidade também é feita de corpos que a rasgam e a reinventam. A delimitação dos movimentos socioespaciais urbanos reside em sua capacidade de produzir espacialidades que ressignificam a produção do espaço urbano através de práticas e ocupações subversivas. Neste seguimento, uma forma bastante contundente para uma leitura queer dos movimentos socioespaciais urbanos através da produção de espacialidades se encontra no conceito de interseccionalidade.

Para Silva e Farias (2024) a interseccionalidade na análise das práticas espaciais requer um cuidado constante para evitar simplificações e distorções. Isso inclui o reconhecimento das especificidades locais das resistências que podem ser enriquecidas por um olhar queer sobre o espaço.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

Movimentos socioespaciais urbanos em uma leitura queer, se engajam como forças políticas que refutam a assimilação nas estruturas vigentes e questionam as normas sociais capitalistas, patriarcais, racistas e heteronormativas, propondo uma organização baseada em multiplicidade e contestações pluralistas. Esta pluralidade quando pensada a partir de uma análise geográfica corporificada pode ter a interseccionalidade como uma ferramenta de análise eficaz para encontrar as respostas que buscam pesquisas como a em questão no trabalho que tem como objetivo geral analisar as espacialidades produzidas pelos movimentos socioespaciais urbanos em Uberlândia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A interseccionalidade configura-se como arcabouço teórico-metodológico fundamental para desvendar dinâmicas socioespaciais, articulando categorias como etnia, raça, gênero, classe e sexualidade, idade, religião, na análise geográfica. Sua aplicação permite desnaturalizar hierarquias sociais materializadas no espaço e neste sentido potencialmente utilizável como uma possível categorização para compreensão dos processos ligados a produção de espacialidades.

Quando considerado o contexto brasileiro em relação a produção do espaço urbano, suas diversas contradições culminam na mobilização de grupos sociais e organização dos movimentos socioespaciais urbanos fica explícita sua complexidade. Parece que para reconhecer os processos de organização dos movimentos socioespaciais urbanos em toda sua complexidade a partir de uma leitura queer, considerar o conceito interseccionalidade é fundamental.

Atualmente, uma leitura queer sobre os movimentos socioespaciais urbanos brasileiros tem relação direta com o uso da interseccionalidade como ferramenta analítica. Por fazer parte de reflexões iniciais de uma pesquisa em andamento esta parte não estará recheada de conclusões muito ousadas pois na realidade a intenção é expandir as provocações sobre as perspectivas de estudo dos movimentos sociais na geografia e contribuir com o avanço nas discussões e a interseccionalidade como ferramenta analítica demanda ainda mais estudos. Essas reflexões buscam potencializar as oportunidades de aprofundamento neste assunto.



REFERÊNCIAS

AMARAL, L. **Por uma ética queer**. São Paulo: n-1 edições, 2023.

BROWN, G. **Autonomy, affinity and play in the spaces of radical queer activism**. In: BROWNE, Kath; LIM, Jason; BROWN, Gavin (Orgs.). *Geographies of Sexualities: Theory, Practices and Politics*. Aldershot: Ashgate, 2007. p. 195–206.

BUTLER, Judith. **Corpos que Importam: Os Limites Discursivos do "Sexo"**. Tradução de Veronica Daminelli e Daniel Yago Françoli. São Paulo: n-1 edições, 2019.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia**. Tradução de Fernanda Siqueira Miguens; revisão técnica de Carla Rodrigues. 1.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

FERNANDES, B. M. **Movimentos Socioterritoriais e Movimentos socioespaciais: Contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais**. Ed. Especial. São Paulo: Revista NERA, 2012. p. 07-17.

GOHN, M. G. **Teorias dos movimentos sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos**. 9. ed. São Paulo: Loyola, 2011.

JESUS, J. G. de. **Transfeminismo: teorias e práticas**. Rio de Janeiro: Metanoia, 2015.

MARTIN, J.-Y. A GEOGRAFICIDADE DOS MOVIMENTOS SOCIOESPACIAIS. **Caderno Prudentino de Geografia**, [S. l.], v. 1, n. 19-20, p. 2–35, 2020. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/7248>. Acesso em: 11 mar. 2025.

MASSEY, D. B. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Tradução Hilda Pareto Maciel e Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. 314p.

PEDON, N. R; DALPERIO, L. C. **A contribuição da abordagem socioterritorial à pesquisa geográfica sobre os movimentos sociais**. In: VINHA, J. S. C; COCA, E. L; FERNANDES, B. M. (Org.). *DATALUTA: questão agrária e coletivo de pensamento*. 1ed. São Paulo: Outras Expressões, 2014, v. 1, p. 39-67.

RODRIGUES, G. B. **Geografias insurgentes Um olhar libertário sobre a produção do espaço urbano Através das práticas do movimento hip hop**. 2005. 331 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.



SANTOS, A. L.; SOUZA, W. V. F. A disputa das ruas e das mentes. **Revista Rural & Urbano**, [S.L.], v. 9, n. 2, p. 24-48, 16 dez. 2024. Universidade Federal de Pernambuco. <http://dx.doi.org/10.51359/2525-6092.2024.262166>.

SANTOS, G. Pelo espaço: uma nova política da espacialidade. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [S.L.], v. 10, n. 1, p. 127, 31 maio 2008. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR). <http://dx.doi.org/10.22296/2317-1529.2008v10n1p127>.

SILVA, A. C. B.; FARIAS, J. A. Interseccionalidade: Uma análise de sua instrumentalização teórico-metodológica nos estudos urbanos. **Thésis**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, ago. 2024. p. 72-92

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Márcio José. Geografias feministas na América Latina: desafios epistemológicos e a decolonialidade de saberes. **Journal of Latin American Geography**, v. 19, n. 1, p. 228-236, 2020. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/article/744044>. Acesso em: 25 maio 2025.

SOUZA, M. L. de. Com o Estado, apesar do Estado, contra o Estado: Os movimentos urbanos e suas práticas espaciais, entre a luta institucional e a ação direta. **Cidades**, S.L., v. 7, n. 11, p. 13-47, jan. 2010. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/cidades/article/view/12223> acesso em: 21 Jan. 2025

SANTOS, R. B. dos. **Movimentos sociais urbanos**. São Paulo: Unesp, 2008. 175 p.

VALENCIA, S.; VILELA, F. M.; AXT, B. Do Queer ao Cuir. **Caderno Espaço Feminino**, [S.L.], v. 36, n. 1, p. 14-35, 30 jun. 2023. EDUFU - Editora da Universidade Federal de Uberlândia. <http://dx.doi.org/10.14393/cef-v36n1-2023-3>.